

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 3.473, de 2012

Acrescenta incisos ao art. 10 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Autor: Deputado FERNANDO JORDÃO

Relator: Deputado ADEMIR CAMILO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 3.473, de 2012, de autoria do ilustre Deputado Fernando Jordão, acrescenta dispositivos ao art. 10 da Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para obrigar “as empresas a indenizarem aos consumidores pelos prejuízos financeiros decorrentes de *Recall*”, com base “nos valores de mercado no momento da indenização”.

Sustenta a Justificação do Projeto que “é certo que o consumidor que adquiriu um bem que tenha sido alvo de *recall*, ao vendê-lo sofrerá diminuição de valor, fato que resulta em avaliação de 5%, 10% ou a menor do que um mesmo bem com as mesmas condições, porém, sem ter sofrido o *recall*”.

Conforme despacho da Mesa, a proposição sujeita-se à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e Cidadania, respectivamente.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o projeto foi rejeitado. Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, recebi a honrosa incumbência de relatar a matéria, que, no prazo regimental, não recebeu emendas.

E o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 6º, I, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), constitui direito básico do consumidor a proteção à vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

Em correspondência a esse direito essencial do consumidor, sobressai, para os fornecedores, o dever geral de segurança, vigilância e informação, que fundamenta sua obrigação de – tendo ciência da periculosidade de um produto após sua introdução no mercado – promover o chamamento (ou *recall*) previsto no art. 10, §§ 1º e 2º do CDC, em conformidade com a disciplina estabelecida na Portaria n.º 789, de 2001, editada pelo Ministério da Justiça em complemento ao Decreto n.º 2.181, de 1997.

Em que pese o acerto da vigente legislação, entende o autor do PL 3.473, de 2012, que o instituto do *recall* ainda pode ser aprimorado por meio da estipulação de indenização, a ser devida pelos fornecedores, “pelos prejuízos financeiros decorrentes de *recall*” e cujo montante, deve basear-se “nos valores de mercado no momento da indenização”.

Embora, na linha sustentada pela comissão antecedente (CDEIC), as normas em vigor já autorizem o consumidor, diante da ocorrência concreta de prejuízos, a buscar reparação judicial, entendemos que a Proposição aqui em evidência reveste-se do potencial de conferir maior eficácia ao art. 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor, que estatui, como direito fundamental do consumidor, “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais e difusos”.

Nesse sentido, sob a estrita ótica das relações de consumo, posicionamo-nos pela aprovação do Projeto. Consideramos que, ao criar uma justa indenização – específica e automática –, ele oferece maior

segurança jurídica aos consumidores e contribui para desburocratizar a reparação dos titulares de produtos que apresentem depreciação econômica em função do recall.

Sugerimos, no entanto, algumas alterações no texto do Projeto com o objetivo de aperfeiçoá-lo, harmonizá-lo com a nomenclatura utilizada no CDC (que não utiliza o termo empresa, mas fornecedor) e delimitar seu alcance aos produtos e serviços duráveis, uma vez que, nos produtos não duráveis, o *recall* usualmente consiste na substituição total ou devolução do valor pago pelo produto ou serviço, não cabendo, nessas hipóteses, a figura da depreciação do bem.

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 3.473, de 2012, na forma do anexo Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado ADEMIR CAMILO
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.473, de 2012

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 10 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, “que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências” para estabelecer indenização específica pela depreciação causada aos produtos e serviços submetidos a *recall*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 10.

.....

§ 4º Os fornecedores de produtos e serviços duráveis submetidos ao processo de chamamento dos consumidores (“recall”) são obrigados a indenizar os consumidores pela depreciação econômica dos bens objeto de recall.

§ 5º A indenização de que trata o parágrafo anterior deverá ser paga no prazo de até 60 (sessenta) dias após a reparação ou troca das partes ou peças defeituosas, com base no valor vigente de mercado para o mesmo produto ou serviço em condições idênticas e que não tenha sido objeto de recall.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado ADEMIR CAMILO
Relator